



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO  
JUDICIAL

Processo nº 001/1.15.0189666-1  
(0275316-51.201.5.82.1000)

## RELATÓRIO MENSAL DA ATIVIDADES

COMPETÊNCIA: Agosto a Janeiro  
de 2019

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2019



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# INTRODUÇÃO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **SUMÁRIO EXECUTIVO**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
6. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA. Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda. As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo suas obrigações processuais com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). Informações de sua atividade estão sendo prestadas à Administração Judicial e aos credores, quando solicitadas.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do presente relatório estão disponíveis para consulta no site [www.administradorjudicial.adv.br](http://www.administradorjudicial.adv.br) e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

# 1. INTRODUÇÃO - ASPECTOS JURÍDICOS



## Cronograma Processual da Recuperação Judicial

Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação	
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.	
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º

Data	Evento	Lei 11.101/05
29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 60., § 4º
03.03.2017	Homologação do PRJ	
	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ (2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
	Fim do prazo de recuperação judicial, conforme Novo Plano de Recuperação Judicial.	

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

	Eventos ocorridos
	Data estimada



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# SUMÁRIO EXECUTIVO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. SUMÁRIO EXECUTIVO
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
5. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

## 2. SUMÁRIO EXECUTIVO



Assuntos	Comentários
<b>Informações operacionais</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• A Recuperanda atua com terraplenagem, pavimentação e saneamento, extração e venda de pedra brita.</li><li>• Atualmente, as receitas da empresa se originam de 4 (quatro) frentes de clientes, quais sejam: DAER - Departamento De Estradas e Rodagem, CGB Pedreira Tiradentes do Sul, DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte e diversos.</li></ul>
<b>Quadro dos colaboradores</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pode-se verificar que, nos meses de novembro e dezembro, a Recuperanda demitiu mais do que contratou, findando o mês de dezembro com 81 funcionários. No que concerne aos pagamentos dos trabalhadores em atividade, conforme posição atualizada até o mês de dezembro, a Recuperanda paga de forma gradativa seus funcionários, com atraso de salários. A situação detalhada dos salários, pode ser observada na página 12 (doze) deste relatório.</li></ul>
<b>Acompanhamento processual</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Considerando que o prazo para cumprimento das obrigações contraídas com o Plano de Recuperação Judicial, referente aos créditos trabalhistas, transcorreu em 06.11.2018, e após diversos entraves com a concretização da venda do imóvel e ingresso dos valores para a Recuperanda, o Juízo da Recuperação Judicial conferiu prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 13.03.2019, para que a empresa comprove à Administração Judicial o cumprimento das obrigações, sob pena de convolação em falência.</li><li>• No momento, aguarda-se o transcurso do prazo.</li></ul>
<b>Dados econômicos e financeiros</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• As receitas e resultados variam constantemente. Conforme explicação da própria Recuperanda, essas variações ocorrem em razão do faturamento não ser cronológico, ou seja, mês a mês. As receitas da Recuperanda, em verdade, são por obtidas através de medições de trabalho executado.</li><li>• Ainda, a empresa possui elevado gasto com pessoal e financeiro, principalmente devido aos juros e multas sobre empréstimos bancários.</li><li>• Nos meses de setembro e outubro, o saldo de prejuízo foi de R\$ 576.000,00 e R\$ 997.000,00, respectivamente, acumulando, em 2018, o resultado negativo de R\$ 3.800.000,00.</li></ul>



Assuntos	Comentários
<b>Cumprimento do plano de recuperação judicial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, <b><u>06.11.2017</u></b>.</li><li>❖ <b>Classe I</b> – No último contato, a Recuperanda informou que a escritura do imóvel foi assinada em 20.03.19, firmando-se a operação de crédito, pelo que aguarda a liberação do valor para início dos pagamentos dos credores até R\$ 70.000,00. Sobre os credores acima de R\$ 70.000,00, informou que o processo de loteamento do imóvel que será objeto de dação em pagamento está em análise final na Prefeitura de Portão.</li><li>❖ <b>Classe III e IV</b> – A Recuperanda informou que já foram realizados pagamentos de valores até R\$ 10.000,00, no entanto, até a confecção deste relatório, não disponibilizou os respectivos comprovantes. Quanto aos valores acima de R\$ 10.000,00, os quais serão pagos, nos termos do plano, com valores originados de processo judicial em face do DNIT, informou que a ação já foi ajuizada e tramita perante a 9ª Vara Federal da SJDF, tombada sob o nº 1020956-10.2018.4.01.3400.</li></ul>
<b>Pendências e esclarecimentos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Salientamos que houve sistemáticas cobranças das informações operacionais e financeiras, como é procedimento padrão desta Administração Judicial. A Recuperanda, por sua vez, permanece enviando as demonstrações financeiras com muito atraso. Reiteramos os pedidos acerca das demonstrações de nov/18, dez/18 e jan/19, porém, até a finalização deste relatório, não obtivemos retorno.</li></ul>



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# SUMÁRIO EXECUTIVO

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **SUMÁRIO EXECUTIVO**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
  - HISTÓRICO DA ATIVIDADES
  - ESTRUTURA SOCIETÁRIA E PARTES RELACIONADAS
  - FUNCIONÁRIOS
  - RAZÕES DA CRISE
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
6. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



### Histórico de atividades

Em 1934 foi fundada, no estado do Rio de Janeiro, a Construtora Brasília Guaíba, que associada à construtora francesa Spie- Batignolles, trouxe ao país técnicas avançadas de construções de barragens, gasodutos, pontes e viadutos com moldes deslizantes, além de obras de terraplanagem e pavimentação de rodovias.

No ano de 1963, na cidade de Porto Alegre/RS, foi fundada a Construtora Brasília Guaíba Obras Públicas, incorporada, em 1976, pela Construtora Brasília Guaíba, considerando que detinham o mesmo objetivo e atividade.

Nos anos 80, a Construtora Brasília Guaíba teve sua sede fixada em Porto Alegre/RS, ocasião em que a família Loifermam adquiriu todas as ações da empresa, assumindo integralmente sua titularidade e controle. No dia 22.12.1988, foi estruturada a empresa ALOI Participações Societárias – EIRELI, com o único fim de participar e controlar outras sociedades, substituiu as pessoas físicas que até então controlavam a CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA, passou a ser a principal acionista.

Em um cenário que se apresentava positivo, no ano de 2009, a empresa iniciou um processo de modernização, através de pesados investimentos em equipamentos, tecnologia e gestão. Até esse o momento, os principais clientes eram o DNIT – nível federal e o DAER – nível estadual. Porém, com o passar dos anos, o estado do Rio Grande do Sul diminuiu os investimentos em infraestrutura, atrasou pagamentos e retardou andamentos de obras. A empresa buscou sua expansão para outros estados do Brasil, construiu uma estrutura para alcançar o patamar de obras na ordem de R\$ 250 milhões anuais, o que de fato nunca ocorreu.

Em 2014, uma forte crise atingiu a empresa. A escassez de novas obras, altos valores dos impostos, entre outros fatores, comprometeram a liquidez e o resultado econômico das atividades, com forte impacto negativo para a Recuperanda.

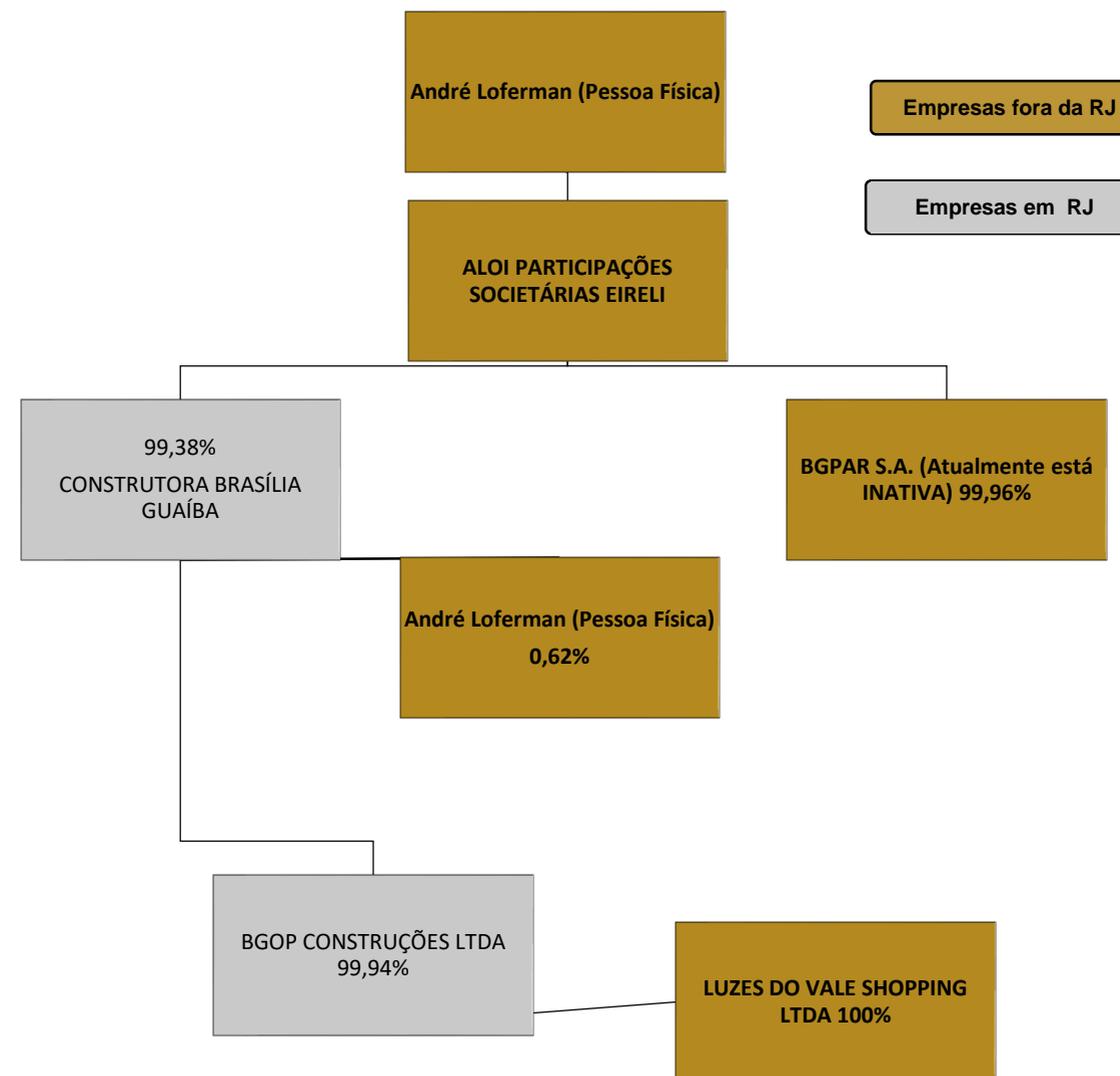
### 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS



#### Estrutura Societária e Partes Relacionadas

As empresas que estão em recuperação judicial são:

- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA, inscrita sob o nº de CNPJ 33.192.873/0001-00, com endereço na Av. Independência, nº 1299, 5º andar, conjunto 502, Porto Alegre/RS.
- ALOI PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIA – EIRELI, inscrita sob o nº de CNPJ 92.550.052/0001-50, com endereço na Av. Independência, nº 1299, 5º andar, conjunto 501, Porto Alegre/RS.



# 3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

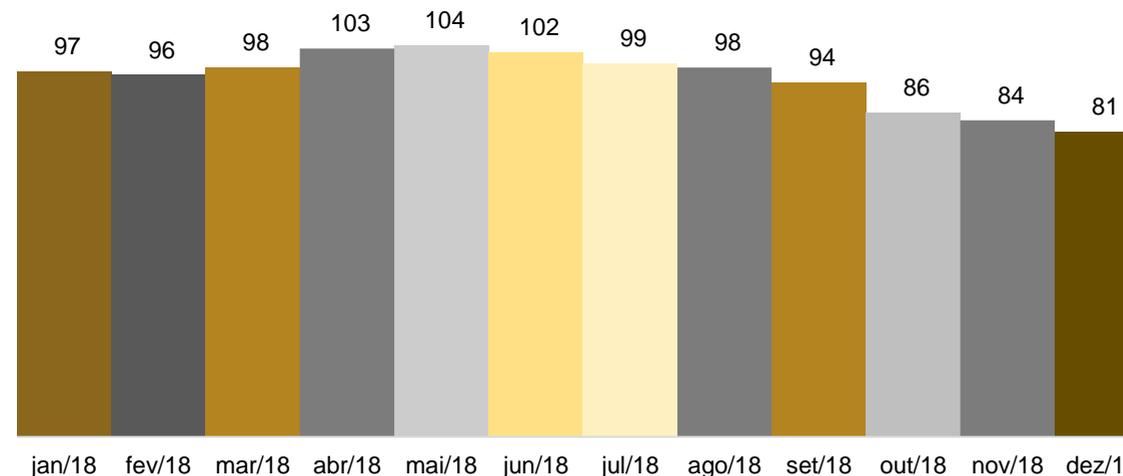


## FUNCIONÁRIOS

A fim de atender outro dos princípios da Recuperação Judicial – manutenção do emprego dos trabalhadores – está sendo fiscalizado o Setor de RH, para que os demais Órgãos da Recuperação, bem como credores, tenham conhecimento da atual situação dos funcionários da devedora.

Podemos verificar que, nos meses de novembro e dezembro, a Recuperanda demitiu mais do que contratou, findando o mês de dezembro com 81 funcionários. A respeito da situação dos pagamentos aos trabalhadores em atividade, a empresa passou a posição atualizada até o mês de dezembro. Analisando as tabelas, discriminadas por obras e departamento administrativo, percebe-se que a Recuperanda paga de forma gradativa os funcionários, com atrasos nos salários.

Nº DE FUNCIONÁRIOS



## Posição dos salários

MÊS	ADMINISTRAÇÃO POA	OBRAS CACHOEIRINHA	OBRAS BR 116 (CAMAQUA)	CENTRAL DE EQUIPAMENTOS	OBRAS IVORÁ	OBRAS TAPES	OBRAS AGESUL
04.18	100,00%	69,17%	100,00%	100,00%	66,54%	100%	100%
05.18	98,65%	93,92%	100,00%	100,00%	95,96%	100%	100%
06.18	94,50%	63,81%	100,00%	100,00%	71,37%	100%	100%
07.18	73,55%	64,08%	99,37%	62,99%	64,19%	100%	100%
08.18	61,08%	64,52%	87,91%	38,06%	56,20%	100%	100%
09.18	53,00%	100,00%	58,11%	42,34%	42,79%	88%	0%
10.18	48,93%	7,52%	24,18%	22,63%	0,00%	0%	0%
13° Sal 1° parcela	18,58%	0,00%	0,00%	0,00%	11,06%	0%	0%
11.18	37,33%	0,00%	5,60%	2,29%	13,18%	0%	0%
13° Sal 2° parcela	6,32%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0%
12.18	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0%	0%



### Razões da crise

De acordo com a Recuperanda, a soma de diversos fatores levou ao pedido de Recuperação Judicial, entre eles, destaca –se a crise nacional e internacional, motivada por fatores políticos e econômicos.

Ainda, foram de relevância à crise, outros problemas enfrentados, como erros e alterações em projetos, entraves ambientais, demandas sobre alienação de propriedades de terceiros, atraso crônico nos pagamentos dos serviços executados, dentre outros, todos resultando na interrupção de obras.

As dificuldades citadas causaram prejuízos em demasia à Recuperanda, mostrando –se cabalmente nocivas a sua receita, uma vez que, ainda que as obras estivessem paralisadas, os custos com canteiros de obras, aluguel de máquinas, folha salarial, etc., permaneciam e se agravavam com o passar do tempo.

Nessa conjuntura, a empresa entrou em um quadro de descumprimento de prazos contratados, pagamento de fornecedores, funcionários, tributos e instituições financeiras.



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **SUMÁRIO EXECUTIVO**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
  - CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL
  - CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL
5. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
6. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

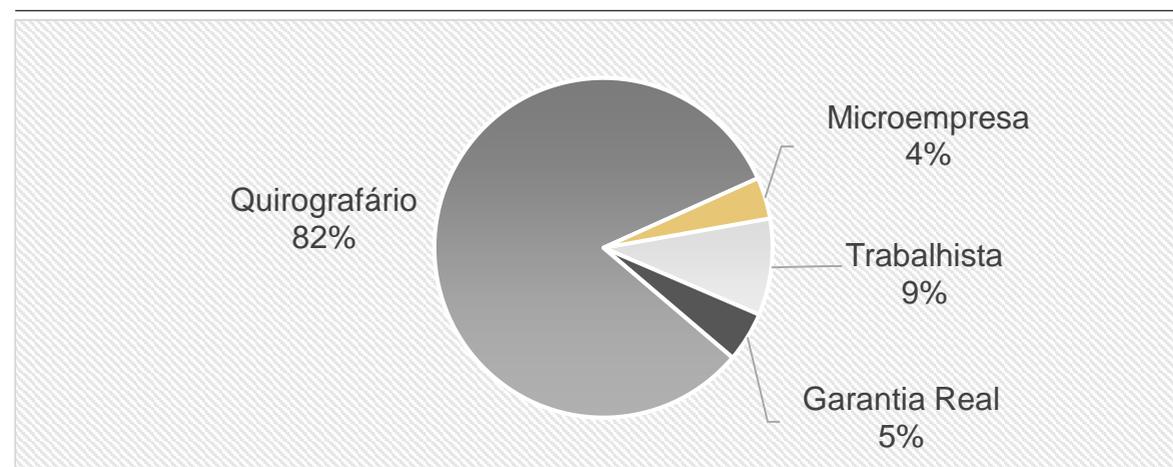


## 4. ENDIVIDAMENTO - CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

### RESUMO DA RELAÇÃO DE CREDORES ATUALIZADA

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total	Valor médio
Trabalhista	447	45,75%	17.702.652,49	9,22%	39.603,25
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,75%	2.279.559,00
Quirografário	390	39,92%	157.657.580,24	82,10%	404.250,21
Microempresa	136	13,92%	7.552.248,20	3,93%	55.531,24
<b>Total</b>	<b>977</b>	<b>100%</b>	<b>192.030.716,91</b>	<b>100%</b>	<b>196.551,40</b>

### DISTRIBUIÇÃO DOS CREDORES POR NATUREZA



### PRINCIPAIS CREDORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CLASSE	CREDOR	VALOR R\$
CLASSE II	BANRISUL	4.920.000,00
	BANRISUL	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL	R\$ 23.794.225,18
	BANCO SANTANDER	R\$ 20.452.074,97
	EGM FIDC MULTISSET	R\$ 11.634.356,86
	BANCO CATERPILLAR	R\$ 7.647.864,78



## 4. ENDIVIDAMENTO - CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

### Dívida Tributária

A Recuperanda informou que não está quitando as obrigações tributárias geradas mensalmente, atualmente pagando apenas os parcelamentos. Porém, após a análise das demonstrações contábeis, foi possível verificar que o único parcelamento pago foi o PERT – Receita Federal código 5190.

PASSIVO TRIBUTÁRIO 10.18	
EM ABERTO	
INSS A RECOLHER	729.948
FGTS A RECOLHER	197.448
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	75.647
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL A RECOLHER	53.370
ISS A RECOLHER	13.786
PIS A RECOLHER	14.738
COFINS A RECOLHER	196.591
IRRF S/ TRAB. ASSALARIADO A RECOLHER	101.738
IRRF (DEMAIS IRRF) A RECOLHER	161.664
ICMS	643
CEFEM A RECOLHER	3.153
IOF A RECOLHER	36.541
TCFA	17.475
COFINS S/ FATURAMENTO	314.853
PIS S/ FATURAMENTO	68.202
SESI LP	406.718
SENAI LP	328.731
ISSQN A RECOLHER LP	2.184.447
TCFA LP	102.022
CEFEM LP	23.681
FGTS NA PGFN LP	570.010
<b>TOTAL</b>	<b>5.601.405</b>

PASSIVO TRIBUTÁRIO 10.18	
PARCELADOS	
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO IMPOSTOS E FGTS	343.168
PARCELAMENTO FGTS NA CEF	537.436
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO DE INSS	247.969
PARCELAMENTO CFEM	41.076
PARCELAMENTOS PERT	2.200.170
SENAI PARCELAMENTO ADICIONAL LP	24.874
PARCELAMENTO EXCEPCIONAL ISSQN LP	24.652
PARCELAMENTO EXCEPCIONAL ICMS LP	29.949
PARCELAMENTO EXCEPCIONAL CEFEM LP	92.931
PARCELAMENTO EXCEPCIONAL PERT LP	9.228.345
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO DE IMPOSTOS LP	317.459
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO PREVIDENC LP	594.209
<b>TOTAL</b>	<b>13.682.237</b>

### Bancos Credores Não Sujeitos a RJ

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>13.989.647,72</b>



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES

1. **INTRODUÇÃO**
2. **SUMÁRIO EXECUTIVO**
3. **DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS**
4. **ENDIVIDAMENTO**
5. **DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS**
  - BALANÇO PATRIMONIAL
  - DEMOSNTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
6. **PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**



## Balanço patrimonial - ATIVO

BALANÇO	ago/18	A.V.	set/18	A.V.	out/18	A.V.
<b>ATIVO</b>	<b>72.341.873</b>	<b>100%</b>	<b>69.752.740</b>	<b>100%</b>	<b>69.582.938</b>	<b>100%</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>49.997.740</b>	<b>69%</b>	<b>47.389.072</b>	<b>68%</b>	<b>47.199.461</b>	<b>68%</b>
CAIXAS E BANCOS	380.019	1%	18.300	0%	6.597	0%
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	126	0%	126	0%	187	0%
CONTAS A RECEBER	19.704.177	27%	19.663.124	28%	19.666.338	28%
SERVIÇOS A FATURAR	12.457.125	17%	12.463.181	18%	12.465.610	18%
ESTOQUES	6.225.690	9%	6.171.105	9%	5.981.316	9%
INVESTIMENTOS TEMPORARIOS	2.533.383	4%	2.533.383	4%	2.533.383	4%
ADIANTAMENTOS A TERCEIROS	2.469.344	3%	2.554.844	4%	2.645.037	4%
DEMAIS CONTAS E VALORES A RECEBER	3.973.934	5%	3.982.028	6%	3.893.037	6%
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.253.941	3%	2.982	0%	7.955	0%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>22.344.133</b>	<b>31%</b>	<b>22.363.668</b>	<b>32%</b>	<b>22.383.477</b>	<b>32%</b>
CONTAS A RECEBER LP	0	0%	0	0%	0	0%
DEPOSITOS JUDICIAIS	2.429.932	3%	2.429.932	3%	2.429.932	3%
PARTES RELACIONADAS	2.005.278	3%	2.024.813	3%	2.044.622	3%
IMOBILIZADO	17.908.923	25%	17.908.923	26%	17.908.923	26%

### ANÁLISE

Nos meses de setembro e outubro, a curto prazo, as contas com maior variação são Contas a Receber e Serviços a Faturar, representando, respectivamente, 28% e 18% em relação ao ativo total da Recuperanda.

Em setembro e outubro, a conta Despesas do Exercício Seguinte sofreu grande variação. Conforme relatos da Recuperanda, este valor variado se originou na projeção de encargos sociais realizados em períodos anteriores, com o objetivo de inclusão no PERT. No entanto, quando da consolidação do PERT, a Receita Federal indeferiu a inclusão dessa projeção, ocasião em que a empresa optou por baixar estes valores, gerando redução de R\$ 2.200.000,00 no ativo, refletindo no passivo da conta Parcelamentos Impostos, que também sofreu redução.

Na conta Caixas e Bancos, em setembro, verifica-se uma redução de R\$ 361.000,00, pois no período a empresa teve mais recebimentos do que vendas a prazo. Já em outubro, a conta com maior variação foi Estoques, que reduziu R\$ 189.000,00 mil, sendo o principal movimento na conta relativo aos materiais indiretos e peças de reposição.

Ainda, na conta de Adiantamentos a Terceiros, em setembro e outubro, houve aumentos de R\$ 85.000,00 e R\$ 90.000,00, respectivamente. Motivados, principalmente, em razão do adiantamento ao fornecedor União Serviços Máq. Agrícolas Ltda., para locação de equipamento rodoviários para execução de obras na rodovia MS-320. No ativo não circulante, a conta que demonstrou movimento foi "Partes relacionadas", com aumento de R\$ 19.000,00, em ambos os meses analisados, concernente aos juros sobre mútuos entre a CBG e a BGPARG.



## Balanço Patrimonial - Passivo

BALANÇO	ago/18	A.V.	set/18	A.V.	out/18	A.V.
<b>PASSIVO</b>	<b>72.341.873</b>	<b>100%</b>	<b>69.753.322</b>	<b>100%</b>	<b>69.582.938</b>	<b>100%</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>17.883.569</b>	<b>25%</b>	<b>17.799.700</b>	<b>26%</b>	<b>18.037.021</b>	<b>26%</b>
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.681.928	5%	3.681.928	5%	3.655.985	5%
FORNECEDORES	5.208.853	7%	4.840.801	7%	5.044.099	7%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	3.202.728	4%	3.432.837	5%	3.500.665	5%
OBRIGAÇÕES FISCIAIS	848.626	1%	898.775	1%	929.383	1%
DEMAIS CONTAS A PAGAR	1.494.424	2%	1.492.624	2%	1.537.070	2%
PARCELAMENTOS	3.447.011	5%	3.452.735	5%	3.369.819	5%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>33.844.647</b>	<b>47%</b>	<b>31.234.135</b>	<b>45%</b>	<b>31.824.498</b>	<b>46%</b>
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS LP	11.253.506	16%	11.253.506	16%	11.253.506	16%
FORNECEDORES LP	552.072	1%	552.072	1%	552.072	1%
OBRIGAÇÕES FISCAIS	2.862.061	4%	2.864.625	4%	2.904.813	4%
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS LP	756.239	1%	756.239	1%	760.322	1%
PARCELAMENTOS IMPOSTOS	12.844.602	18%	10.220.258	15%	10.262.892	15%
PARTES RELACIONADAS	5.576.167	8%	5.587.437	8%	6.090.892	9%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20.613.656</b>	<b>28%</b>	<b>20.719.487</b>	<b>30%</b>	<b>19.721.420</b>	<b>28%</b>
CAPITAL SOCIAL	44.829.350	62%	44.829.350	64%	44.829.350	64%
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	1.294.628	2%	1.294.628	2%	1.294.628	2%
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	3.486.399	5%	3.486.399	5%	3.486.399	5%
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-26.713.009	-37%	-26.031.565	-37%	-26.031.565	-37%
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM CURSO	-2.283.711	-3%	-2.859.325	-4%	-3.857.393	-6%

### ANÁLISE

No passivo, os grupos de contas que apresentam maiores saldos são: Instituições Financeiras, Obrigações Sociais e Trabalhistas e Parcelamentos de Impostos.

No meses de setembro e outubro, a conta com valor mais expressivo foi Parcelamentos, que aumentou R\$ 2.600.000,00, resultante da baixa nos encargos sociais, conforme explicado no slide anterior.

Em Fornecedores, em setembro, a redução foi de R\$ 368.000,00, devido ao estorno de impostos retidos, originado do indeferimento da Receita Federal para inclusão no PERT, tal estorno foi realizado na conta de Parcelamento PERT Cod 160 C.S. FGTS. Já em outubro, Fornecedores aumentou R\$ 203.000,00, com principal movimento na conta de Subempreiteiros a Faturar.

Na conta Obrigações Sociais e Trabalhistas, em setembro, houve um aumento de R\$ 230.000,00, os principais movimentos ocorreram em ordenados e rescisões a pagar e encargos sociais, como INSS e FGTS, que não foram pagos.

Na conta de Partes Relacionadas, em outubro, verifica-se expressiva movimentação com o aumento de R\$ 503.000,00, justificado pelos empréstimos realizados pelo sócio André Loiferman e pela Brasília Guaíba Investimentos Ltda. Questionamos a empresa acerca dos empréstimos, mas até o momento não recebemos retorno.

# 5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS



## Demonstrativo de Resultado do Exercício

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	ago/18	A.V	set/18	A.V	A.H	out/18	A.V	A.H	SALDO 2018
FATURAMENTO	1.356.249	-	49.236	-	-96%	48.602	-	-1%	9.695.642
DEDUÇÕES SOBRE VENDAS	-79.090	-	3.618	-	-105%	-2.469	-	-168%	-537.823
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.277.158</b>	<b>100%</b>	<b>52.854</b>	<b>100%</b>	<b>-96%</b>	<b>46.134</b>	<b>100%</b>	<b>-13%</b>	<b>9.157.819</b>
<b>CUSTOS</b>	<b>-498.206</b>	<b>-39%</b>	<b>-353.098</b>	<b>-668%</b>	<b>-29%</b>	<b>-648.124</b>	<b>-1405%</b>	<b>84%</b>	<b>-7.217.902</b>
<b>CUSTOS DIRETOS</b>	<b>-421.774</b>	<b>-33%</b>	<b>-274.631</b>	<b>-520%</b>	<b>-35%</b>	<b>-653.201</b>	<b>-1416%</b>	<b>138%</b>	<b>-6.179.057</b>
MATERIAIS DIRETOS	-17.748	-1%	-54.200	-103%	205%	0	0%	-100%	-825.221
MÃO DE OBRA DIRETA	-291.198	-23%	-232.535	-440%	-20%	-261.631	-567%	13%	-3.108.511
SERVIÇOS EMPREITADOS	-39.561	-3%	36.170	68%	-191%	-189.228	-410%	-623%	-1.016.191
EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO	-73.266	-6%	-24.067	-46%	-67%	-202.342	-439%	741%	-1.229.135
<b>CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>-76.432</b>	<b>-6%</b>	<b>-78.466</b>	<b>-148%</b>	<b>3%</b>	<b>5.076</b>	<b>11%</b>	<b>-106%</b>	<b>-1.038.845</b>
MATERIAL INDIRETO	-3.297	0%	-3.452	-7%	5%	-5.093	-11%	48%	-183.938
MÃO DE OBRA INDIRETA	-2.002	0%	-626	-1%	-69%	-3.165	-7%	406%	-17.390
OUTROS CUSTOS INDIRETOS	-71.132	-6%	-74.388	-141%	5%	13.334	29%	-118%	-837.517
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>778.953</b>	<b>61%</b>	<b>-300.244</b>	<b>-568%</b>	<b>-139%</b>	<b>-601.990</b>	<b>-1305%</b>	<b>101%</b>	<b>1.939.917</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>-724.365</b>	<b>-57%</b>	<b>-275.952</b>	<b>-522%</b>	<b>-62%</b>	<b>-395.495</b>	<b>-857%</b>	<b>43%</b>	<b>-5.797.309</b>
<b>DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-336.837</b>	<b>-26%</b>	<b>-243.063</b>	<b>-460%</b>	<b>-28%</b>	<b>-236.462</b>	<b>-513%</b>	<b>-3%</b>	<b>-3.368.732</b>
DESPESAS COM PESSOAL	-165.138	-13%	-147.606	-279%	-11%	-105.973	-230%	-28%	-1.782.579
OCUPAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ENERGIA	-13.483	-1%	-6.583	-12%	-51%	-14.378	-31%	118%	-260.677
SERVIÇOS A TERCEIROS	-102.722	-8%	-53.595	-101%	-48%	-86.927	-188%	62%	-887.939
DESPESAS C/ VEÍCULOS ADM.	-6.116	0%	-4.151	-8%	-32%	-5.746	-12%	38%	-61.341
VIAGENS E REPRESENTAÇÕES	-13.661	-1%	-7.707	-15%	-44%	-6.453	-14%	-16%	-71.045
OUTRAS DESPESAS	-20.187	-2%	-15.703	-30%	-22%	-12.222	-26%	-22%	-225.428
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	-15.530	-1%	-7.718	-15%	-50%	-4.763	-10%	-38%	-79.723
<b>EVENTOS FINANCEIROS</b>	<b>-382.493</b>	<b>-30%</b>	<b>-44.287</b>	<b>-84%</b>	<b>-88%</b>	<b>-155.416</b>	<b>-337%</b>	<b>251%</b>	<b>-2.551.000</b>
DESPESAS FINANCEIRAS	-402.959	-32%	-67.940	-129%	-83%	-179.797	-390%	165%	-2.757.233
RECEITAS FINANCEIRAS	20.466	2%	23.653	45%	16%	24.381	53%	3%	206.233
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>-5.035</b>	<b>0%</b>	<b>-7.279</b>	<b>-14%</b>	<b>45%</b>	<b>-3.616</b>	<b>-8%</b>	<b>-50%</b>	<b>-73.931</b>
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	0	0%	18.677	35%	0%	0	0%	-100%	196.355
<b>RESULTADO</b>	<b>54.587</b>	<b>4%</b>	<b>-576.196</b>	<b>-1090%</b>	<b>-1156%</b>	<b>-997.485</b>	<b>-2162%</b>	<b>73%</b>	<b>-3.857.392</b>

### ANÁLISE

Sobre o demonstrativo de resultado do exercício, a Recuperanda relatou à Administração Judicial, que o faturamento do período analisado é somente da CGB Pedreira Tiradentes do Sul. Cabe esclarecer, que as receitas de setembro e outubro são menores que as de agosto, porque a base de cálculo para o faturamento é a mensuração do trabalho executado, o qual varia de acordo com a obra realizada.

É possível observar da análise vertical, que apesar da empresa apresentar baixo faturamento, os custos continuam aumentando. Já, quanto às despesas, há uma redução considerável nos meses de setembro e outubro. Em setembro e outubro os custos que se destacam são: Mão de Obra, Serviços Empreitados e Equipamentos de Produção, respectivamente.

Outro ponto importante são as despesas. Conforme podemos observar na tabela ao lado, as despesas com pessoal e financeiras são as mais expressivas. Nas despesas financeiras, os principais movimentos são os juros sobre parcelamentos, seguidos das multas.

Por fim, no período de setembro e outubro, a Recuperanda obteve prejuízo de R\$ 576.000,00 e R\$ 997.000,0, acumulando, em 2018, o resultado negativo de R\$ 3.800.000,00.



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ÍNDICE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
2. SUMÁRIO EXECUTIVO
3. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS
4. ENDIVIDAMENTO
5. DADOS FINANCEIROS- ECONÔMICOS
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
  - MEIOS DE RECUPERAÇÃO
  - PROPOSTA DE PAGAMENTO
  - PRESTAÇÃO DE CONTAS



## Meios de Recuperação

## 6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**CONCESSÃO DE PRAZOS E CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PAGAMENTO:** no plano de recuperação judicial constam deságios, alongamento das dívidas, carência para início dos pagamentos e a substituição de taxas de juros vigente para as previstas no plano.

**REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA:** o plano prevê que a empresa pode, enquanto participar do processo de recuperação judicial, realizar operações para reorganizar a sociedade, de modo que faça fusões, incorporações, cisões, transformações, dissoluções e criação de subsidiárias integrais. Ainda, os credores sujeitos ao plano, não podem se opor a nenhuma operação societária.

**VENDA PARCIAL DE ATIVOS:** As empresas podem alienar ativos operacionais ou não operacionais, com o intuito de pagar credores ou recompor o capital de giro. Poderão alienar unidades produtivas isoladas, através de leilão, propostas fechadas ou lances orais, o recurso recebido será utilizado para capital de giro, novos investimentos e destinações afins. Também serão empregados em leilões reversos, para a quitação de dívidas já parceladas e desagiadas, mediante antecipação de valores e obtenção de novos descontos, na forma proposta pela Recuperanda no momento da operação.

**CAPTAÇÃO DE NOVOS RECURSOS:** A empresa pretende obter novos recursos junto de credores fomentadores, para cumprir com as obrigações do plano ou recompor o capital de giro.

**AUMENTO DE CAPITAL:** As empresas poderão emitir novas ações ou quotas, visando cumprir as obrigações do plano ou recompor o capital de giro.

**PROVIDÊNCIAS DESTINADAS AO REFORÇO DO CAIXA:** Corte de custos e racionalização.

**CRÉDITOS ADVINDOS DE AÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS:** Os recursos originados de ações, serão aplicados para quitação de dívidas parceladas e desagiadas, bem como a formação de capital de giro ou dação em garantia de futuras amortizações.

**EMIÇÃO DE DEBÊNTURES:** Poderá emitir debêntures conversíveis ou não conversíveis em ações, com garantia real, com finalidade de aceleração da amortização do presente plano, para capital de giro ou CAPEX.



## Proposta de Pagamento

### CLASSE I

#### CRÉDITOS TRABALHISTAS

##### Créditos de até R\$ 70.000,00

- Serão pagos integralmente, em até um ano da data do trânsito em julgado da decisão que homologa o PRJ, através da alienação da UPI.

##### Créditos superiores a R\$ 70.000,00

- Serão pagos integralmente, em até um ano da data do trânsito em julgado da decisão que homologa o PRJ, através da dação de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação.

**O prazo final para a quitação dos créditos trabalhistas se dará em 05.11.2018.**

Através de dação, respeitada os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito. Se o valor do bem for superior a dívida, este poderá ser fracionado e o credor receberá parte equivalente ao seu crédito.

**A Recuperanda foi questionada sobre os procedimentos adotados para fins do cumprimento da Classe II, eis que não há prazo de carência para início dos pagamentos. Informou, que os seus procuradores estão procedendo com a confecção dos contratos para efetivamente cumprir com o exposto no plano de recuperação judicial.**

### CLASSE III e IV

#### CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIO E ME e EPP

#### (OPERACIONAIS)

A classe III demais condições

##### Credores até R\$ 10.000,00

- Pagamento será realizado em 48 parcelas, com taxa de juros de 3% a.a. e correção monetária a partir da homologação do PRJ.

##### Credores acima de R\$ 10.000,00

- Serão pagos de forma pró-rata, conjuntamente com os credores ME/EPP Ordinários, através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesas judiciais do processo contra o DNIT. Também, através de cessão e transferência dos direitos, ações e exceções da UPI denominada SPE Pedreira Rincão, da SPE Três Passos.



## Proposta de Pagamento

**CLASSE III**  
**CRÉDITOS**  
**QUIROGRAFÁRIOS**  
  
**(FINANCEIROS E**  
**COLABORATIVOS)**

**A classe III é dividida em diversas subclasses, a seguir serão apresentadas as condições de cada:**

**Credores Financeiros Parceiros:**

- O prazo de pagamento é de 20 anos, com início do pagamento mensal após 30 dias da homologação do plano, pela tabela Price, com parcelas mensais de R\$ 40.000,00. Haverá alienação e, conseqüente, direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda. A correção será pela TR-Mensal e os juros de 4% a.a.

**Credores Financeiros de Grande Valor (acima de R\$ 10.000.000,00):**

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Processo contra o DNIT de serviços não pagos. Processo judicial nº 1015033-92.2016.8.26.0053 e 1032456.65.2016.8.26.0053 contra o DH do Estado de São Paulo. Processo judicial nº 0044167.12.2016.8.17.2001 contra a COMPESA.

**Credores Financeiros Fomentadores:**

- O pagamento da integralidade dos créditos será, exclusivamente, através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da Matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão, RS.

**Credores Financeiros Ordinários:**

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Os processos são contra a PMPA por serviços executados e não pagos.

**Credores Operacionais Colaborativos:**

- Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos líquidos dos honorários advocatícios, custas e despesa judiciais. Processo contra o DNIT de serviços não pagos. Processo judicial nº 1015033-92.2016.8.26.0053 e 1032456.65.2016.8.26.0053 contra o DH do Estado de São Paulo. Processo judicial nº 0044167.12.2016.8.17.2001 contra a COMPESA.



### Prestação de Contas

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Esta Administração Judicial está monitorando a execução do PRJ e recebeu os seguintes esclarecimentos por parte da equipe da Recuperanda:

- ❖ **CLASSE TRABALHISTA:** questiona-se à empresa sobre a venda do imóvel, que tem por finalidade o pagamento dos credores trabalhistas. Como resposta, a Recuperanda informa que concluiu os trâmites para assinatura do contrato e da escritura, que irá liberar a realização da operação financeira para pagamento dos Credores Trabalhista, prevendo o início dos pagamentos para o próximo mês.
- ❖ **CRÉDITOS ATÉ R\$ 10.000,00 DA CLASSE III E IV:** Os pagamentos estão em atraso, no entanto, a Recuperanda informou que já pagou R\$ 61.741,04 aos credores classe III, e R\$ 79.294,35 aos credores da Classe IV. Comprometeu –se a, após os registros contábeis, encaminhar a prestação de contas dos pagamentos para esta Administração Judicial. Quanto aos demais pagamentos, salientamos que reiteradamente são realizadas cobranças de atuação nesse sentido. A empresa informou que aguarda recursos para dar continuidade aos pagamentos, estimando –o para janeiro de 2019.
- ❖ **CRÉDITOS ACIMA DE R\$ 10.000,00,** a CBG declara que ingressou com ação contra o DNIT da BR-116-RS, que tramita perante a 9ª Vara Federal da SJDF, tombada sob o nº 1020956-10.2018.4.01.3400. A Recuperanda enviou a relação dos credores, com a respectiva porcentagem do crédito dos recebíveis, informou que as notificações extrajudiciais de liquidação foram

enviadas, ainda, noticiou que, posteriormente, vai encaminhar a esta Administração prestação de contas nesse sentido. Em último contato, a Recuperanda alegou que enviou as notificações através de cartas com AR (Aviso de Recebimento), salientando que, assim que receber os ARs devidamente assinados, irá remeter cópias à Administração Judicial.

#### **Observações:**

**BANRISUL** é um credor enquadrado como Credor Financeiro Parceiro.

**ATRIA** é um credor enquadrado como Credor Financeiro Fomentador.



### Prestação de Contas

#### CESSÕES DE CRÉDITOS

A Recuperanda notificou os credores sobre os pagamentos efetuados através de cessões de crédito, durante o mês de julho e agosto de 2018. Desse modo, na tabela a seguir são apresentados os credores pagos:

CREDORES PAGOS POR CESSÃO DE CRÉDITO	CLASSE
BANCO DO BRASIL	CLASSE III
BANCO DO BRASIL - PENDE DECISÃO JUDICIAL	CLASSE III
BANCO SANTANDER	CLASSE III
EGM	CLASSE III
BANCO FIBRA	CLASSE III
BANCO VOTORANTIM	CLASSE III
BANCO CATERPILLAR	CLASSE III

#### CREDORES QUE AINDA NÃO FORAM PAGOS POR CESSÃO DE CRÉDITO

A Recuperanda informou que o Banco HSBC ingressou com ação judicial, discutindo sua sujeição ao PRJ, aguarda –se julgamento. Quanto ao Banco Bradesco, a CBG está negociando o valor do crédito não sujeito, com a composição será realizada notificação.



MEDEIROS & MEDEIROS  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ANEXOS

RECUPERAÇÃO JUDICIAL



RELATÓRIO MENSAL DE  
ATIVIDADES

COMPETÊNCIA: Agosto a Janeiro de  
2019

I – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2018



# MEDEIROS & MEDEIROS

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

[administradorjudicial.adv.br](http://administradorjudicial.adv.br)

PORTO ALEGRE / RS

NOVO HAMBURGO / RS

SÃO PAULO / SP

CAXIAS DO SUL / RS

BLUMENAU / SC

AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900/701  
TORRE COMERCIAL IGUATEMI BUSINESS  
BAIRRO CHÁCARA DAS PEDRAS  
CEP: 91330-001  
51 3062.6770

RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 679/111  
CENTRO EXECUTIVO TORRE PRATA  
BAIRRO CENTRO  
CEP: 93510-130  
51 3065.6770

AV. NACÕES UNIDAS, 12399/133 B  
ED. COMERCIAL LANDMARK  
BAIRRO BROOKLIN NOVO  
CEP: 04578-000  
11 2769-6770

RUA ÂNGELO CHIARELLO, 2811/501  
CENTRO EMPRESARIAL CRUZEIRO  
BAIRRO PIO X  
CEP: 95032-460  
54 3419.7274

RUA DR. ARTUR BALSINI, 107  
BBC BLUMENAU  
BAIRRO VELHA  
CEP: 89036-240  
47 3381-337



**MEDEIROS  
& MEDEIROS**  
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

# ANEXO I

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

"em recuperação judicial"

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

**BALANCETE DE OUTUBRO 2018**

**ATIVO**

	<b>10/2018</b>	<b>12-2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	6.596,70	20.895,09
Aplicações financeiras	187,30	447.455,30
Contas a receber	19.666.338,32	1.742.348,71
Serviços a faturar	12.465.610,23	11.483.827,83
Estoques	5.981.315,61	6.487.177,55
Investimentos Temporarios	2.533.383,12	2.533.383,12
Adiantamentos a fornecedores	2.645.036,75	1.850.400,90
Outros Crédidos a Receber		
Impostos a recuperar	3.677.826,65	1.363.287,90
Retenções contratuais a receber	215.210,43	215.210,43
Despesas do exercício seguinte	7.955,46	2.250.081,57
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>47.199.460,57</b>	<b>28.394.068,40</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Contas a receber		17.710.632,00
Depósitos judiciais	2.429.931,87	2.429.931,87
Partes relacionadas	2.044.622,25	1.840.751,33
<b>Imobilizado</b>	17.908.923,12	17.908.923,12
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>22.383.477,24</b>	<b>39.890.238,32</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>69.582.937,81</b>	<b>68.284.306,72</b>



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

*"em recuperação judicial"*

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

**BALANCETE DE OUTUBRO 2018**

**PASSIVO**

	<b>10/2018</b>	<b>12-2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Instituições financeiras	3.655.985,03	3.911.718,72
Fornecedores	5.044.098,68	4.509.101,73
Obrigações sociais e trabalhistas	2.007.361,68	1.317.074,46
Provisões Trabalhistas	1.493.303,27	967.645,17
Obrigações fiscais	929.383,35	961.051,95
Demais contas a pagar	1.537.069,56	940.477,48
Parcelamentos Simplificado (Imp-Prev-FGTS)	1.169.648,91	
Parcelamentos Pert	2.200.170,22	2.312.739,80
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>18.037.020,70</b>	<b>14.919.809,31</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Instituições financeiras	11.253.506,04	11.503.310,44
Obrigações sociais e trabalhistas	760.322,46	714.575,89
Fornecedores	552.071,71	
Obrigações fiscais	2.904.812,72	2.468.250,76
Parcelamento Impostos PERT	9.351.225,13	12.521.707,63
Parcelamentos Simplificado (Imp-Prev-FGTS)	911.667,36	
Partes relacionadas	6.090.892,17	5.633.751,63
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>31.824.497,59</b>	<b>32.841.596,35</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Reserva de reavaliação	1.294.627,94	1.294.627,94
Ajustes de avaliação patrimonial	3.486.398,96	3.486.398,96
Prejuízos acumulados	(26.031.564,88)	(29.942.578,43)



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

*“em recuperação judicial”*

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

Resultado do Exercício em Curso	(3.857.392,50)	855.102,59
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>19.721.419,52</b>	<b>20.522.901,06</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>69.582.937,81</b>	<b>68.284.306,72</b>

h ~~h~~

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA  
"em recuperação judicial"  
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00  
**BALANCETE DE OUTUBRO 2018**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	10/2018	12-2017
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	9.695.641,61	17.887.693,88
Tributos e deduções de vendas	(537.822,75)	(992.729,24)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.157.818,86</b>	<b>16.894.964,64</b>
<b>CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	(7.217.901,77)	(11.749.126,27)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.939.917,09</b>	<b>5.145.838,37</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS)</b>		
Despesas gerais e administrativas	(3.368.732,35)	(5.664.454,64)
Outras receitas (despesas) operacionais	196.354,60	3.228.423,16
Despesas Tributárias	(73.931,71)	(66.660,85)
<b>RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO</b>	<b>(1.306.392,37)</b>	<b>2.643.146,04</b>
Receitas financeiras	206.233,22	4.687.040,10
Despesas financeiras	(2.757.233,35)	(6.475.083,55)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da Cssl</b>	<b>(3.857.392,50)</b>	<b>855.102,59</b>
<b>Imposto de Renda e Contrib. Social</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(3.857.392,50)</b>	<b>855.102,59</b>

  
Construtora Brasília Guaíba Ltda  
Em Recuperação Judicial  
André Loiferman CPF 354.259.200,59  
Diretor Presidente

  
Sérgio Rodrigues dos Santos  
CPF 401.148.050-91  
CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

"em recuperação judicial"

CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

**BALANCETE DE SETEMBRO 2018**

**ATIVO**

	<b>01/2018</b>	<b>12-2017</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e bancos	18.299,61	20.895,09
Aplicações financeiras	126,05	447.455,30
Contas a receber	19.663.123,63	1.742.348,71
Serviços a faturar	12.463.181,11	11.483.827,83
Estoques	6.171.105,29	6.487.177,55
Investimentos Temporarios	2.533.383,12	2.533.383,12
Adiantamentos a fornecedores	2.554.843,78	1.850.400,90
Outros Crédidos a Receber		
Impostos a recuperar	3.766.817,31	1.363.287,90
Retenções contratuais a receber	215.210,43	215.210,43
Despesas do exercício seguinte	2.981,88	2.250.081,57
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>47.389.072,21</b>	<b>28.394.068,40</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Contas a receber		17.710.632,00
Depósitos judiciais	2.429.931,87	2.429.931,87
Partes relacionadas	2.024.812,90	1.840.751,33
<b>Imobilizado</b>	17.908.923,12	17.908.923,12
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>22.363.667,89</b>	<b>39.890.238,32</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>69.752.740,10</b>	<b>68.284.306,72</b>



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA  
*"em recuperação judicial"*  
 CNPJ Nº 33.192.873/0001-00  
**BALANCETE DE SETEMBRO 2018**  
**PASSIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>01/2018</b>	<b>12-2017</b>
Instituições financeiras	3.681.927,89	3.911.718,72
Fornecedores	4.840.219,01	4.509.101,73
Obrigações sociais e trabalhistas	1.895.780,42	1.317.074,46
Provisões Trabalhistas	1.537.056,29	967.645,17
Obrigações fiscais	898.775,47	961.051,95
Demais contas a pagar	1.492.623,70	940.477,48
Parcelamentos Simplificado (Imp-Prev-FGTS)	1.168.080,00	
Parcelamentos Pert	2.284.655,19	2.312.739,80
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>17.799.117,97</b>	<b>14.919.809,31</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Instituições financeiras	11.253.506,04	11.503.310,44
Obrigações sociais e trabalhistas	756.238,77	714.575,89
Fornecedores	552.071,71	
Obrigações fiscais	2.876.951,03	2.468.250,76
Parcelamento Impostos PERT	9.301.160,59	12.521.707,63
Parcelamentos Simplificado (Imp-Prev-FGTS)	906.770,80	
Partes relacionadas	5.587.436,55	5.633.751,63
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>31.234.135,49</b>	<b>32.841.596,35</b>

*Handwritten signature in blue ink.*

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA  
"em recuperação judicial"  
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

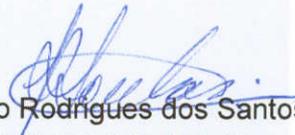
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Reserva de reavaliação	1.294.627,94	1.294.627,94
Ajustes de avaliação patrimonial	3.486.398,96	3.486.398,96
Prejuízos acumulados	(26.031.564,88)	(29.942.578,43)
Resultado do Exercício em Curso	(2.859.325,38)	855.102,59
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>20.719.486,64</b>	<b>20.522.901,06</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>69.752.740,10</b>	<b>68.284.306,72</b>



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA  
 “em recuperação judicial”  
 CNPJ Nº 33.192.873/0001-00  
**BALANCETE DE SETEMBRO 2018**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	01/2018	12-2017
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Tributos e deduções de vendas	9.647.039,16 (535.354,00)	17.887.693,88 (992.729,24)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.111.685,16</b>	<b>16.894.964,64</b>
<b>CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	<b>(6.569.777,66)</b>	<b>(11.749.126,27)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.541.907,50</b>	<b>5.145.838,37</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS)</b>		
Despesas gerais e administrativas	(3.131.687,96)	(5.664.454,64)
Outras receitas (despesas) operacionais	196.354,60	3.228.423,16
Despesas Tributárias	(70.315,58)	(66.660,85)
<b>RESULTADO ANTES DO MOV. FINANCEIRO</b>	<b>(463.741,44)</b>	<b>2.643.146,04</b>
Receitas financeiras	181.851,93	4.687.040,10
Despesas financeiras	(2.577.435,87)	(6.475.083,55)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da Cssl</b>	<b>(2.859.325,38)</b>	<b>855.102,59</b>
<b>Imposto de Renda e Contrib. Social</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.859.325,38)</b>	<b>855.102,59</b>

  
 Construtora Brasília Guaíba Ltda  
 Em Recuperação Judicial  
 André Loiferman CPF 354.259.200,59  
 Diretor Presidente

  
 Sérgio Rodrigues dos Santos  
 CPF 401.148.050-91  
 CRC-RS 47716